



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia Social
Brasil

Gravena Vanalli, Ana Carolina; Barham, Elizabeth Joan
APÓS A LICENÇA MATERNIDADE: A PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS SOBRE A DIVISÃO DAS
DEMANDAS FAMILIARES

Psicologia & Sociedade, vol. 24, núm. 1, enero-abril, 2012, pp. 130-138

Associação Brasileira de Psicologia Social
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326538015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

APÓS A LICENÇA MATERNIDADE: A PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS SOBRE A DIVISÃO DAS DEMANDAS FAMILIARES

AFTER THE MATERNITY LEAVE: PERCEPTIONS OF SCHOOL TEACHERS ABOUT THE DIVISION OF FAMILY WORK

Ana Carolina Gravena Vanalli e Elizabeth Joan Barham
Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil

RESUMO

Neste estudo, foram investigadas vivências de professoras após o retorno da licença maternidade, examinando a divisão de tarefas com seus cônjuges, satisfação com seu envolvimento familiar e o do cônjuge e com sua rede social de apoio. Foram entrevistadas 40 professoras de escolas públicas no interior paulista, mães de filhos de até dois anos. A maioria delas relatou dedicar o dobro do tempo que seus cônjuges às atividades domésticas e cuidados com os filhos, assumindo tarefas de alta frequência e com horários fixos. No geral, estas se sentiam satisfeitas com seu próprio envolvimento familiar, embora 65% delas relatou preferir passar mais tempo com seus filhos. Estas avaliaram positivamente o envolvimento familiar do esposo, mas sistematicamente menor que seu próprio. Muitas usaram outras fontes de apoio, avaliadas positivamente. Contudo, as respondentes enfrentavam grande sobrecarga, apontando para a necessidade de rever a divisão do trabalho familiar.

Palavras-chave: trabalho familiar; professoras; licença-maternidade.

ABSTRACT

In this study, we investigated the experiences of school teachers returning from a maternity leave, examining the division of tasks with her partner as well as her satisfaction with her own and her partner's family involvement and with her wider social-support network. We interviewed 40 public-school teachers, mothers of children under two years of age, in the state of São Paulo. The majority of the participants related spending double the time spent by their partners on domestic chores and childcare, assuming more high-frequency tasks, performed at fixed times. In general, the respondents were satisfied with their own family involvement, although 65% wanted to spend more time with their children. They evaluated their partner's family involvement as being good, but systematically lower than their own. Many used other sources of support, which were evaluated positively. Nonetheless, the respondents were overloaded, pointing to the need to reorganize the division of family work.

Keywords: family work; teachers; maternity leave.

Com a maior atuação profissional feminina, as mulheres vêm se deparando com o desafio de conciliar demandas familiares e profissionais, especialmente quando não há equilíbrio na divisão de tarefas domésticas entre os membros da família ou não existem formas satisfatórias de apoio familiar e profissional. Com o nascimento de um filho, as atividades na esfera familiar aumentam, o que pode gerar sobrecarga de atividades para a mulher que trabalha fora e se envolve nos cuidados com seu filho (Possatti e Dias, 2002; Ramos, 2002; Wagner, Predebon, & Mosmann, 2005).

Ao tornarem-se mães, as mulheres inseridas no mercado de trabalho precisam se reorganizar para manter suas atividades profissionais enquanto seus filhos são pequenos. As que retornam ao trabalho profissional,

após a licença maternidade, tendem à independência financeira, maior possibilidade de contatos sociais, autonomia e autoestima (Dantas-Berger & Giffin, 2005). Ao mesmo tempo, como apontam esses autores, as novas demandas para cuidar do filho, somadas às demandas profissionais, podem desencadear desgaste físico e emocional decorrente de preocupações e carga de tarefas.

Da mesma forma, as mulheres que optam por não retornarem ao trabalho após o nascimento dos filhos, dedicando-se prioritariamente à vida familiar, podem ter consequências positivas trazidas pela satisfação em desenvolver o papel de mãe. No entanto, podem se deparar com problemas advindos da adaptação à renda menor, em um momento no qual a família tem novas despesas e redução nos contatos sociais (Silveira & Barham, 2000).

Considerando-se as mulheres que optam por desenvolverem atividades profissionais após o nascimento de seus filhos e no período em que estes são pequenos, a literatura nacional e internacional ressalta que o mercado de trabalho não oferece as mesmas oportunidades para homens e mulheres, sendo que estas, muitas vezes, não conseguem alcançar uma progressão profissional semelhante a dos homens (Cheung & Halpern, 2010; Diniz, 1999). Nesse sentido, as relações de trabalho ainda encontram-se permeadas por visões tradicionais de divisão de trabalho por gênero. O termo gênero é definido por Heilborn (2004) como os atributos culturais e responsabilidades sociais que influenciam a atuação social de homens e mulheres. Nesse sentido, Gomes, Diniz, Araújo e Coelho (2007) discutem que gênero é um conceito que surge como referencial teórico para a análise das diferenças entre o que é esperado e permitido aos homens e mulheres em determinado contexto social. Da mesma forma, Araújo (2005) discute que a palavra gênero vem desvinculando-se de questões ligadas a fatores físicos de diferenciação entre os sexos, passando a referir-se às diferenças no contexto cultural e social que levam à internalização dos papéis masculinos e femininos, podendo servir de base para análises políticas e sociais dessa questão.

Assim, encontra-se que o trabalho profissional e familiar ainda estão estruturados em torno de papéis definidos quanto ao gênero. Dessa forma, espera-se que as mulheres estejam mais ligadas ao ambiente familiar e doméstico do que os homens, despendendo tempo maior ao cuidado, o que é socialmente percebido como exigindo menor qualificação e, por consequência, menor remuneração e valorização em comparação com as atividades realizadas por homens. Além disso, quando se inserem no mercado de trabalho, tendem a assumir cargos que envolvem cuidados de outras pessoas. Ao contrário, espera-se que os homens realizem atividades profissionais ligadas à esfera pública vistas como de maior responsabilidade e prestígio, nas quais estão presentes habilidades de gerenciamento, poder de decisão e remunerações mais elevadas (Gomes et al., 2007).

Atualmente, persistem elementos tradicionais, em coexistência com comportamentos mais modernos, visto que a inserção da mulher no mercado de trabalho não significou mudanças em todas as crenças, expectativas e normas tradicionais que governam a vida na família e no trabalho (Possati & Dias, 2002; Vailman, 1994; Wagner et al., 2005).

A esse respeito, Brito e D'Acri (1991) consideram que a existência de papéis ligados ao gênero seja o fator principal que leva à ligação da mulher ao trabalho doméstico, colocando-a, prioritariamente, na esfera privada e distanciando-a do mundo social e

político em comparação aos homens. Assim, mulheres e homens, de acordo com esse modelo, foram socializados por suas famílias e reforçados pela cultura para agir de forma a manter as concepções tradicionais a respeito dos locais e funções direcionados a cada um dos sexos (Meneghel et al., 2003).

Um exemplo da persistência da concepção de gênero está no fato de que algumas famílias que vivenciam uma situação de provimento familiar não tradicional (mulher recebe maior remuneração do que o homem) mantêm um funcionamento bastante clássico de divisão de tarefas domésticas e cuidados familiares (Wagner et al., 2005). Ou seja, os papéis ligados ao gênero têm forte influência sobre a divisão das atividades domésticas de homens e mulheres, para além de um raciocínio baseado em contribuições financeiras e potencial de construção de carreira. Além das mulheres terem a responsabilidade principal para atividades do lar, as tarefas domésticas desempenhadas pelos maridos costumam ser percebidas pelas esposas como uma ajuda ou um favor que estes prestam a elas, expressando menor comprometimento desses no desempenho de tais atividades (Wagner et al., 2005). Esses autores comentam que na maioria das famílias nas quais os dois membros do casal passam o mesmo número de horas trabalhando fora de casa, ou mesmo naquelas onde os maridos estão desempregados, as mulheres realizam mais atividades domésticas que os homens. Homens e mulheres também tendem a desempenhar tipos diferentes de atividades domésticas, agindo como se determinadas atividades fossem próprias de cada gênero (Gravena, 2006; Thompson & Walker, 1989). De forma geral, as mulheres realizam mais tarefas de alta frequência e com horários fixos como cozinhar, lavar e passar roupas, enquanto os homens desempenham tarefas de menor frequência e sem horários específicos como fazer compras e pequenos consertos (Gravena, 2006).

O baixo envolvimento dos homens, porém, é algo a ser examinado com atenção, uma vez que as crianças são beneficiadas quando os pais estão envolvidos diretamente em sua criação (Cia, 2005; Cia & Barham, 2009; Lamb, 1997). Dessa forma, quando a mãe trabalha fora, é importante que o pai também assuma o cuidado dos filhos e as tarefas domésticas. Quando a divisão de tarefas ocorre, homens e mulheres são beneficiados: a mãe fica menos sobrecarregada pelas atividades da casa, podendo executar suas atividades profissionais sem tantas interrupções e o pai tem a possibilidade de envolver-se de forma ativa no desenvolvimento de seus filhos, o que pode ser uma oportunidade de fortalecer vínculos afetivos, de aprender como atender as necessidades infantis e uma fonte importante de realização pessoal. Também, a qualidade da relação conjugal tende a ser melhor, pois ambos os cônjuges são capazes de

oferecer apoio quando surgem conflitos entre as demandas profissionais e familiares (Diniz, 1999).

Além do apoio conjugal, a disponibilidade de apoio da família extensa também facilita a conciliação de trabalho e família. De maneira geral, os casais que podem contar com uma rede social de apoio familiar sentem menos estresse na atividade de ser pai e mãe, têm atitudes mais positivas em relação aos seus filhos, são mais sensíveis às necessidades destes e menos esquivos nesta relação (Newcome, 1999). No entanto, ao mesmo tempo em que as mulheres se tornaram mais envolvidas com o trabalho profissional, a disponibilidade de apoio da família extensa vem diminuindo porque a migração de pessoas do campo para as cidades tem levado à redução no número de familiares convivendo em proximidade geográfica, gerando distanciamento físico e psicológico entre os diferentes membros da família extensa. Além disso, a disponibilidade do apoio familiar também baixou em função da diminuição no tamanho das famílias e em função do envolvimento das avós no mercado de trabalho, não podendo tomar conta dos netos (Dessen & Braz, 2000).

Hirata e Kergoat (2007) apontam que com a inserção das mulheres no mercado de trabalho e, por consequência, pelo maior afastamento destas de suas casas, estas passaram a contratar outras mulheres para realizar o trabalho doméstico e cuidar de seus filhos (empregadas domésticas, faxineiras e creches). Assim, muitas vezes, a entrada da mulher no mercado de trabalho formal não tem significado maior divisão de tarefas domésticas entre os cônjuges, mas sim, a delegação dessas atividades para outras mulheres, que muitas vezes desempenham essas funções sob condições de baixa remuneração e status social.

No entanto, considerando-se que muitas mulheres trabalhadoras nem possuem recursos financeiros para contratação de serviços nem recebem apoio familiar para ajudar com o cuidado da casa e dos filhos, essas mulheres podem enfrentar grandes dificuldades na conciliação de suas vidas familiares e profissionais, principalmente quando há pouca flexibilidade do casal em compartilhar os papéis familiares (Cooper & Lewis, 2000). Devido a esses fatores, o retorno ao trabalho pode ser uma fase marcada por insegurança, estresse e angústia por parte da mãe. Mesmo em circunstâncias positivas, a mãe que retorna ao trabalho depois de uma licença maternidade terá que aprender a dividir os cuidados do filho com outras pessoas e descobrir a melhor opção de como organizar estes cuidados, o que costuma gerar incertezas e requerer a reconstrução do vínculo afetivo com seu filho. Também, ao voltar ao trabalho e às responsabilidades anteriores, sua reintegração exige esforços para lidar com as novas realidades que surgiram durante sua ausência (Cooper & Lewis, 2000).

No caso das mães professoras, alvo deste trabalho, somam-se fatores relacionados ao estresse relativos à profissão de magistério, além das dificuldades que as mulheres encontram no mercado de trabalho em comparação com os homens com as mesmas qualificações. A literatura da área (Basso, 1998; Lapo & Bueno, 2002; Marin, 1998) mostra que os professores das escolas públicas brasileiras estão sujeitos a condições de trabalho estressantes, tais como: baixa remuneração, falta de recursos no local de trabalho (superlotação das classes, degradação dos ambientes e poucos instrumentos), jornada de trabalho extensa, desvalorização profissional, escassas oportunidades de crescimento (treinamento ou promoção), entre outras. Da mesma forma, como apontado por Levy et al. (2009) encontra-se na atuação dos professores de escolas públicas fatores associados ao desencadeamento da Síndrome de *Burnout* como: violência no ambiente escolar, jornadas de trabalho excessivas, baixa remuneração recebida e falta de formação continuada que os instrumentalizem para desempenhar de forma satisfatória sua função. Outro fator que contribui para as dificuldades enfrentadas no exercício do magistério envolve a concepção da atividade docente como doação e cuidado, colocando-a como uma profissão “naturalmente” feminina e que não requer grandes qualificações. Em suma, essas condições de trabalho podem atuar de forma nociva sobre o bem estar dos professores e alunos. Desse modo, o professor é atualmente considerado uma categoria de risco no que diz respeito à insatisfação com suas condições de trabalho (Basso, 1998; Lapo & Bueno, 2002; Marin, 1998).

Como outras mulheres, as professoras que são mães, frequentemente, são encarregadas de cuidar dos filhos, da casa e até mesmo de outros familiares. As atividades familiares somam-se às condições de trabalho, podendo gerar sobrecarga e estresse. Assim, investigaram-se as vivências de professoras no período após o retorno da licença maternidade, identificando a percepção destas quanto à participação de cada membro do casal no trabalho doméstico e nos cuidados do filho, a satisfação das participantes em relação ao seu próprio desempenho familiar e ao do cônjuge, à rede de apoio de familiares e a sua vida de forma geral.

Método

Participantes

Participaram deste estudo 40 professoras, mães de filhos até dois anos, todas trabalhando em escolas públicas (educação infantil, ensino básico e ensino médio) situadas em duas cidades de médio porte no interior do Estado de São Paulo. As participantes tinham entre 20 e 40 anos, sendo que a grande maioria delas (95%) era

casada. Elas apresentaram, em média, salários em torno de R\$ 1.029,00, sendo que sua carga horária de trabalho variou de 4 a 12 horas diárias, com a maior parte delas trabalhando entre 7 e 9 horas. A idade dos filhos variou entre 6 e 24 meses, distribuindo-se da seguinte forma: quatro participantes (10%) com filhos de até 6 meses, 12 (30%) com filhos de 6 a 12 meses, sete (17,5%) com filhos de 12 a 18 meses e a maioria (42,5%) com filhos de 18 a 24 meses.

Instrumentos

Os dados foram coletados por meio de uma entrevista contendo questões abertas e escalas padronizadas. Foram obtidas informações sobre: (a) mudanças nas relações conjugal e familiar após o nascimento do filho, (b) a divisão de tarefas entre o casal em relação à casa e aos filhos, após o término da licença maternidade, (c) a satisfação das respondentes em relação a sua própria atuação e a do seu cônjuge, e (d) sua percepção da adequação da rede social de apoio. Os instrumentos utilizados e conteúdos abordados na pesquisa são descritos a seguir:

Dados das participantes: incluiu questões como nome, idade, estado civil, número de filhos, profissão, tempo de profissão e carga horária de trabalho.

Dados sobre o relacionamento conjugal e com a família extensa: questões abertas sobre as mudanças nos relacionamentos conjugal e familiar das participantes, após o nascimento do filho.

Escala de Cuidados com a Casa: escala tipo *Likert* com sete itens que avalia a frequência com a qual as participantes acreditavam que elas e seus esposos realizavam tarefas domésticas, pontuando os itens entre 1, 'nunca' e 10, 'sempre' (Cia, 2005; D'Afonseca, 2005). Também foi avaliada a satisfação das participantes com sua atuação e a de seu cônjuge.

Escala de Envolvimento nos Cuidados com o Filho: escala tipo *Likert* com 13 itens que avalia a frequência com a qual as participantes acreditavam que elas e seus esposos realizavam tarefas de cuidados com o filho, pontuando os itens entre 1, *nunca* e 10, *sempre*. Estes itens foram escolhidos com base na leitura de Eisenberg, Murkoff e Hathaway (1998). Além disso, avaliou-se a satisfação das participantes com sua própria atuação e a do seu cônjuge.

Escala de Envolvimento na Estimulação Socioemocional e Cognitiva do Filho: escala tipo *Likert* com 15 itens, que avalia a frequência com a qual as participantes acreditavam que elas e seus esposos realizavam atividades de estimulação com seus filhos. A pontuação variou entre 1, 'nunca' e 10, 'sempre' (Eisenberg, Murkoff, & Hathaway, 1998).

Escala de satisfação com o desempenho familiar: escala tipo *Likert* com seis itens que avaliou a satisfação

das participantes com o seu próprio desempenho familiar e o desempenho familiar de seus esposos, pontuado entre 1, 'totalmente insatisfeita' e 10, 'totalmente satisfeita', desenvolvido no Canadá (The Canadian Aging Research Network - CARNET, 1993), e depois traduzido e usado em estudos brasileiros (Cia, 2005; Corradi, 1999; D'Afonseca, 2005), com índice de confiabilidade interna adequada (α de Cronbach = 0,91).

Fontes de apoio: questões abertas, relativas à percepção das participantes sobre suas redes de apoio informal e formal (esposo, pais/sogros, cuidadores remunerados).

Análise de Dados

Os dados quantitativos foram analisados estatisticamente, segundo medidas descritivas de tendência central e dispersão (média, desvio padrão, valores mínimos e máximos) e de frequência relativa. A análise dos dados qualitativos envolveu a participação de dois juizes na categorização das respostas às perguntas abertas para representar os temas presentes na fala das participantes (Straus & Corbin, 1994). Depois, as categorias estabelecidas foram usadas, buscando consenso em relação à categorização dos dados, contribuindo para a fidedignidade dos resultados (Anfara, Brown, & Mangione, 2002). Cada elemento nas respostas de cada pessoa foi considerado separadamente. Assim, o número de respostas pode ser maior do que o número de respondentes. As categorias usadas para organizar os dados foram revistas ao longo do processo, com base em discussões entre os juizes e percepções dos temas emergentes e contradições encontradas nos dados (Strauss & Corbin, 1994).

A versão final das categorias reflete o consenso entre os juizes sobre os temas presentes nas respostas, para cada questão e para conjuntos de questões similares. Assim, foi possível calcular a frequência de cada tipo de resposta; apresentam-se algumas falas representativas para ilustrar cada categoria.

Resultados e discussão

Percepção de modificações nas relações conjugais e familiares

Num primeiro momento, as participantes foram questionadas sobre as mudanças na sua relação conjugal após o nascimento do seu filho. As respostas foram categorizadas de acordo com o caráter da mudança: positiva, negativa ou uma mudança de foco na relação conjugal considerada como nem positiva nem negativa. Aproximadamente 30% das participantes disseram que houve melhora no relacionamento com os seus esposos. Como descrito por P8: "Eu e meu esposo amadurecemos

mais, ficamos unidos e certos de nossas responsabilidades”, ou P14 “Me senti muito mais apoiada pelo meu marido. Ele reconhece as minhas dificuldades e me ajuda sempre, na medida do possível”. Em contraste, 35% delas disse que, de alguma forma, o relacionamento conjugal havia piorado, seja por conflitos conjugais, seja pela diminuição do lazer ou mesmo por sentirem-se pouco apoiadas por seus parceiros. Como disse P22: “Passamos a discutir mais, pois cada um quer impor suas ideias e vontades com relação ao filho” ou P36: “Fiquei mais mãe do que esposa, trazendo transtornos no casamento”. Além disso, 30% das participantes relatou uma mudança de foco na relação com o esposo que, naquele momento, estava mais voltado para os cuidados com o filho e menos para o relacionamento conjugal, porém essa tinha sido uma mudança esperada pelas participantes, sem que esta trouxesse insatisfação em relação ao casamento, como ilustrado na fala da P39 “Mais tempo dedicado aos filhos que ao casal” e de P5 “Distanciamos-nos como marido e mulher, mas demos mais atenção aos filhos”. Considerando-se a importância do relacionamento conjugal, pode-se considerar que uma mudança positiva nesta fase, na qual existem altas demandas no lar, pode favorecer não apenas uma relação conjugal de boa qualidade, bem como, melhores cuidados com o filho. Newcome (1999), Dessen e Braz (2000) e Possatti e Dias (2002) comentam que casamentos considerados pelos parceiros como satisfatórios são percebidos como envolvendo maior suporte de um cônjuge para com o outro. Mais especificamente, esses autores destacam que o suporte social oferecido pelos maridos às mulheres também contribui para o desenvolvimento saudável dos filhos, uma vez que auxilia no bem estar feminino.

Além do relacionamento conjugal, buscou-se averiguar se os relacionamentos familiares mais amplos poderiam ter sofrido modificações após o nascimento do filho. Para 40% das participantes, as relações familiares ficaram mais próximas, percebendo maior apoio de suas famílias enquanto o filho era pequeno. Por exemplo, P22 disse: “Com a minha mãe e a minha irmã, passei a conversar mais, a entender mais a minha mãe e ter mais contato com outros familiares,” e P40 disse: “A família se aproxima mais quando há uma criança e, principalmente, quando esta ainda é bebê, pois todos querem visitar e saber sobre o seu desenvolvimento”. Por outro lado, 37% das participantes relataram que houve algum tipo de afastamento nas relações familiares nesta fase, seja pela falta de tempo ou pela ocorrência de conflitos decorrentes de divergência de opiniões acerca da educação das crianças, como pode ser visto nas falas a seguir: P3: “A minha mãe mora longe. Sinto-me sozinha e afastada dos meus familiares”; P38: “Os muitos afazeres do dia me afastam dos meus familiares”; P5:

“Os familiares têm ciúmes em relação aos filhos” e P14: “Os familiares me cobram demais”. Por fim, 23% das participantes disseram que as relações familiares não mudaram nesta fase.

O fato de 37% das participantes ter relatado que o relacionamento familiar piorou demonstra que uma parte significativa das mães experimenta um afastamento das pessoas com as quais convivia anteriormente ao nascimento do filho. Esse é um dado importante considerando-se que, culturalmente, se espera que os familiares sejam uma fonte de apoio nesse período. Como apontado por Newcome (1999), casais que podem contar com maior apoio familiar no período em que seus filhos são pequenos, lidam melhor com situações difíceis e tendem a ter atitudes mais positivas em relação aos seus filhos.

Divisão de cuidados com a casa

Os cuidados com a casa são demandas importantes a serem administradas por casais que trabalham fora de casa, principalmente, quando estes não contam com o auxílio de profissionais ou familiares. Segundo as participantes, havia diferenças quantitativas e qualitativas entre sua participação e a de seu cônjuge na rotina do lar. As professoras informaram que passavam o dobro do tempo, em comparação com seus maridos, realizando tarefas domésticas. Além disso, as respostas indicaram uma nítida diferença entre os membros do casal no tipo de envolvimento assumido. Segundo o relato das participantes, elas realizaram tarefas como lavar, cozinhar e passar roupas com alta frequência, enquanto seus maridos participaram com baixa frequência destas atividades. As tarefas familiares que as respondentes disseram que seus esposos realizavam com maior frequência eram: pagar contas, fazer compras, providenciar manutenção do carro e fazer consertos da casa. Nota-se que essas atividades são, em sua maior parte, exercidas fora do ambiente doméstico, ao contrário das atividades principais realizadas pelas participantes que eram, em sua maioria, feitas dentro da própria casa. Além disso, percebe-se que os esposos assumiam responsabilidades que poderiam ser realizadas em horários flexíveis, diferente das que as participantes realizavam que, geralmente, tem horário fixo e periodicidade diária. Tanto Franco (2001) quanto Wagner et al. (2005) também encontraram que as mulheres realizavam uma quantidade muito maior de atividades domésticas que os homens, e que esta diferença persiste mesmo nos lares onde as mulheres têm ganhos financeiros maiores do que os maridos, ou mesmo quando os maridos estão desempregados. Ou seja, a despeito da participação cada vez mais similar de mulheres no mercado de trabalho, a divisão de tarefas domésticas entre os cônjuges ainda não está equiparada.

Divisão de cuidados com o filho

Cuidar de um filho pequeno envolve mais do que as atividades realizadas diretamente com a criança; também envolve uma carga maior de tarefas domésticas. A maior parte dessas precisa ser feita diariamente, tomando tempo considerável para sua realização. Assim, perguntou-se às participantes quem assumia o papel de cuidador dos filhos enquanto elas estavam trabalhando. Das 40 respondentes, aproximadamente metade disse que deixava seus filhos com o cônjuge (quando a participante trabalhava em horário distinto ao do seu cônjuge) ou outros familiares, principalmente a avó. As restantes deixavam seus filhos em creches ou com babás. Considerando-se que os filhos das participantes tinham menos de dois anos, nota-se o caráter essencial da disponibilidade de familiares ou de creches para crianças pequenas, como estratégias que possibilitem a manutenção da mulher no mercado de trabalho. No entanto, tendo em vista a permanência cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho, acredita-se que o envolvimento de avós deve diminuir, de forma que será essencial contar com vagas em creches para famílias com filhos pequenos.

Quando questionadas sobre sua satisfação com os cuidados que seus filhos recebiam dessas pessoas, 92,5% das participantes disseram que estava satisfeita. Em momentos em que os filhos estavam doentes, porém, 80% das respondentes disseram que faltava ao trabalho para ficar com o filho ou para levá-lo ao médico. Esses dados indicam que, em uma situação de conflito entre demandas profissionais e familiares, como a doença de um bebê, a maioria das respondentes preferia cuidar elas mesmas do seu filho ou não tinha alguém que as ajudasse. Elas não relataram que seus maridos faltassem ao trabalho nessas situações, indicando que ainda espera-se que a mãe responsabilize-se prioritariamente pelo cuidado dos filhos nestes momentos. Isso está de acordo com uma análise de Gomes et al. (2007), que discutem a destinação social maior das mulheres às esferas privadas, ao contrário dos homens, de quem se espera uma dedicação predominante à esfera pública. Considerando-se a especificidade da amostra (professoras de escolas públicas), acredita-se que ausentar-se ao trabalho para cuidar da saúde do filho seja uma opção mais viável para essa categoria profissional, pelo fato de contarem com estabilidade no emprego, embora as ausências possam significar prejuízos profissionais ao longo da carreira.

Quando questionadas a respeito de sua participação e à do seu cônjuge no cuidado dos filhos, obtiveram-se relatos de que muitas dessas atividades eram realizadas com alta frequência pelas próprias participantes, incluindo: preparar e oferecer alimentos específicos para o bebê, levar ao médico, dar remédios, dar banho

e trocar fraldas, dar mamadeira, lavar e passar roupas do filho, indicando que estas atividades estavam presentes na rotina de cuidado das respondentes (pontuadas, em média, acima de 9 pontos em uma escala de 1 a 10). A atividade realizada com menor frequência ($M = 7,2$; $dp = 3,62$) foi a de levar o filho à creche, o que reflete que essa é uma atividade em que alguns maridos ou familiares participavam.

Houve grande variação no envolvimento dos esposos, sendo que alguns realizavam atividades com o filho frequentemente e outros nunca as faziam. As atividades mais realizadas pelos pais, segundo as respondentes, eram brincar com o filho ($M = 8,2$; $dp = 2,55$) e passear com o filho ($M = 7,8$; $dp = 2,88$). Esses dados indicam que, quando as professoras não estavam trabalhando na escola, elas exerciam grande parte das atividades de cuidado com seus filhos, ficando essas tarefas, prioritariamente, sob sua responsabilidade. Desta forma, os dados encontrados nesse estudo corroboram com autores que afirmam que, no contexto brasileiro, a mãe continua sendo a responsável pelos cuidados do seu filho, mesmo trabalhando fora de casa, especialmente quando este é pequeno (Possati & Dias, 2002; Wagner et al., 2005). De acordo com Meneghel et al. (2003), as mulheres e homens seriam socializados e reforçados pela cultura para continuarem reproduzindo a divisão de trabalho doméstico de acordo com concepções tradicionais de gênero, principalmente no que se refere à dedicação familiar e doméstica. No caso de professoras, a sobrecarga no ambiente doméstico é ainda mais intensa, considerando-se a sobreposição de tarefas familiares com o trabalho profissional realizado em casa, como preparar aulas e corrigir produções dos alunos.

Autores como Vaisman (1994), Possatti e Dias (2002) e Wagner et al. (2005) comentam que, a partir da década de 1980, a família brasileira passou por várias transformações. Entretanto, em grande parte dos lares, essas modificações ocorreram apenas parcialmente, coexistindo elementos tradicionais e modernos, sendo que o ingresso da mulher no mercado de trabalho, mesmo possibilitando divisão mais igualitária de responsabilidades financeiras, não significou mudanças equivalentes nas crenças, expectativas e normas que governam a vida na família em relação aos cuidados com os filhos e realização de tarefas domésticas. A participação dos homens nas atribuições familiares continua menor e focada em atividades diferentes do que as das mulheres. Assim, na esfera doméstica, permanecem concepções de divisão de tarefas ligadas ao gênero.

Satisfação com o desempenho familiar

Além de saber a percepção das respondentes sobre o tipo e a frequência de envolvimento de cada cônjuge na vida familiar, verificou-se a percepção destas em

relação à adequação de sua atuação familiar, o que revela o quanto as participantes acreditavam que estavam cumprindo satisfatoriamente seu papel materno.

No que diz respeito à satisfação em relação ao tempo disponível para interagir com seu filho e o cuidado dispensado a ele nesses momentos, 65% das participantes disseram que se sentiam insatisfeitas, como ilustrado nas falas de P2: *“Nunca tenho tempo disponível só para o meu filho, sempre faço outras atividades conjuntamente”* ou no relato de P25: *“Faço as atividades sempre correndo ou com pressa por não ter tempo disponível”*. Entretanto, 35% das participantes, embora não tivessem muito tempo para estar com o filho, disseram sentir-se satisfeitas com as oportunidades de interação com este, como observado nos relatos de P10: *“Não tenho muito tempo mais o aproveito bem”* e P36: *“Eu me sinto bem com o tempo disponível que me sobra, porque tento aproveitá-lo bem”*. A literatura apoia a ideia de que as mães não precisam ter uma dedicação exclusiva à família para manter relações de boa qualidade com seus filhos. No entanto, a qualidade das relações das mães com os filhos pode ficar comprometida quando essas não têm um tempo minimamente adequado para realizar atividades afetivas, de estimulação e cuidados.

Considerando-se a percepção das participantes sobre a qualidade da sua interação com os filhos, em média, elas apresentaram moderada satisfação com seu desempenho materno (com médias variando de 6,2 a 8,2, em uma escala de 1 a 10 pontos), embora houvesse participantes com pontuações nos limites inferiores e superiores da escala para todos os itens. O aspecto de maior insatisfação em relação ao seu desempenho familiar foi o “suporte financeiro oferecido à família” ($M = 6,2$; $dp = 3,3$), refletindo a insatisfação das participantes com o salário recebido e com a adequação deste para o sustento da família. Com base nesses resultados, percebe-se que o envolvimento familiar da maioria das professoras atendia a maior parte de suas expectativas. Porém, as participantes apresentaram-se menos satisfeitas com o desempenho familiar do cônjuge do que com o seu próprio desempenho. Os aspectos que as participantes mais valorizaram no desempenho do esposo foram a “proximidade com o filho” ($M = 7,4$; $dp = 2,85$), seguido pelo “suporte financeiro oferecido à família” ($M = 7,2$; $dp = 3,29$). O único aspecto do desempenho do cônjuge que foi melhor avaliado do que para si mesma disse respeito ao suporte financeiro oferecido à família pelo cônjuge. De forma geral, elas pontuaram seu envolvimento de forma mais positiva do que no caso do cônjuge. Por exemplo, avaliaram sua própria proximidade com seu filho de forma mais positiva ($M = 8,2$; $dp = 2,01$). O fator de menor satisfação entre as participantes em relação ao desempenho do

cônjuge foi o “serviço doméstico realizado” pelo marido ($M = 6,1$; $dp = 3,08$), também com diferença de mais de um ponto em relação ao seu próprio desempenho ($M = 7,4$; $dp = 2,90$).

Com base na literatura, identifica-se que, além da importância da participação do marido nas tarefas familiares para a satisfação da esposa e para a adequada convivência familiar, o apoio emocional direto que a mulher recebe do seu parceiro também é de grande valor para o bem estar emocional da esposa. De acordo com os dados, em média, as participantes encontraram-se medianamente satisfeitas com o apoio emocional recebido do marido, no que disse respeito ao apoio emocional geral recebido, o apoio para resolver conflitos entre trabalho e família, o que o marido pensava do seu trabalho e a atenção recebida na discussão de assuntos importantes para ela (com médias variando de 7,4 a 7,9). Porém, para cada um desses itens, havia pontuações variando entre os valores mínimos e máximos da escala.

Considerando as observações de Dessen e Braz (2000), Possatti e Dias (2002) e Newcome (1999), que o marido costuma ser a principal fonte de apoio emocional para a esposa, percebe-se que muitas das respondentes desejariam receber maior apoio dos mesmos. Dessa forma, percebe-se que a maioria das participantes reconhecia a importância da participação de seus cônjuges no cotidiano familiar, mas considerava que esta estava aquém do desejado em relação ao desempenho de tarefas domésticas, cuidados com o filho e apoio emocional direcionado a elas.

Discussão final

Este estudo apresenta dados inéditos sobre a percepção de mulheres voltando da licença maternidade em relação aos apoios e desafios que percebem no âmbito doméstico e familiar. Essas informações são importantes para permitir uma reflexão sobre as implicações da forma como as pessoas distribuem as responsabilidades para o cuidado dos filhos e para a execução das atividades de rotina da casa quando os filhos são pequenos e ambos os pais trabalham fora. Os dados mostram que as mulheres participantes acreditavam que executavam mais atividades domésticas e de cuidado dos filhos que seus esposos. Além disso, relataram sentir-se sobrecarregadas pela conciliação de demandas. Esses resultados indicam que, embora os homens estivessem participando das rotinas do lar, estas mulheres demonstraram não ter meios sócio-culturais para equiparar a divisão de tarefas entre os familiares, aceitando tais encargos como sendo principalmente de sua responsabilidade, intensificando as dificuldades para conciliar tarefas referentes à casa e à profissão nesta fase da vida familiar.

Esse quadro é preocupante, uma vez que a situação de sobrecarga entre mulheres profissionais com filhos pequenos provavelmente seja crônica durante vários anos, podendo afetar o bem estar destas e possivelmente a qualidade das relações familiares. Culturalmente a família ainda é muito importante para o bem-estar psicológico e desenvolvimento dos seus membros. Assim, se faz necessário buscar formas de lidar com a conciliação do trabalho e a vida familiar, evitando a divisão desigual ainda pautada em normas ligadas ao gênero, de forma que nenhum dos membros fique sobrecarregado tanto na esfera doméstica quanto profissional.

Nesse sentido, seria importante realizar pesquisas para entender os fatores e habilidades que ajudam os casais que trabalham fora a manter a qualidade de suas relações conjugais e familiares enquanto os filhos são muito pequenos, levando em conta a perspectiva masculina e verificando informações mais detalhadas a respeito do relacionamento conjugal.

Em relação à qualidade do envolvimento das professoras e seus esposos com seus filhos, percebe-se que as respondentes, em geral, realizavam várias atividades com os filhos com alta frequência, apontando para relações de boa qualidade. De acordo com elas, os esposos, engajavam-se, em média, em menor número de atividades no âmbito familiar, resultando em falta de apoio para as participantes e um período de contato entre pai e bebê menor do que existia entre as mães e os bebês, numa fase de desenvolvimento infantil quando este envolvimento é especialmente importante.

Ao mesmo tempo, a maioria disse que considerava o tempo disponível e a qualidade do envolvimento com o filho insuficiente. A falta de tempo para conciliar o envolvimento com os filhos e as demandas profissionais e domésticas parece apontar para a necessidade de rever maneiras de organizar essa fase para proteger o desenvolvimento sadio das relações familiares. Seria importante realizar outros estudos para verificar a quantidade e qualidade das interações entre os pais e seus filhos para avaliar se a sensação de falta de tempo relatada pelas participantes está associada com cuidados empobrecidos e com efeitos negativos para o bem-estar dos pais.

Este estudo mostrou que as participantes contavam com o envolvimento de outras pessoas nos cuidados infantis, destacando a importância da participação de seus cônjuges e de familiares. Embora esses apoios tenham sido considerados satisfatórios pela maioria das participantes, essas disseram que gostariam de poder contar com maior ajuda do cônjuge, da família ou poder contratar o serviço de empregadas domésticas ou de babás. Contudo, elas acreditavam que existiam alguns limites para a participação de outras pessoas nos cuidados dos filhos, expressando o desejo de manter seu

envolvimento em atividades importantes para manutenção do vínculo emocional com o filho.

Em suma, nota-se que professoras, voltando de uma licença maternidade, enfrentam uma situação que envolve demandas de difícil conciliação, dentre essas a readaptação ao trabalho, a reorganização das atividades domésticas e do cuidado com um bebê. Mesmo que seja necessário examinar mães em outros contextos profissionais e econômicos, esse estudo permite perceber as dificuldades que existem no âmbito familiar nessa fase para mães professoras. Assim, faz-se necessário uma reflexão sobre formas de preservar tanto o envolvimento familiar satisfatório, quanto as possibilidades de manutenção e progressão profissional e a conservação do bem estar dessas mulheres. Algumas alternativas que precisam ser examinadas incluem: (a) esforços que estimulem o maior envolvimento dos homens na rotina familiar, (b) introdução de normas e estratégias no ambiente de trabalho para proteger a relação dos profissionais com seus filhos e (c) políticas públicas que promovam a criação de serviços que ajudem famílias com tarefas práticas desta fase do ciclo familiar.

Referências

- Anfara, V. A., Brown, K. M., & Mangione, T. L. (2002). Qualitative analysis on stage: Making the research process more public. *Educational Researcher*, 31, 28-38.
- Araújo, M. F. (2005). Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicologia Clínica*, 17(2), 41-52.
- Basso, I. S. (1998). Significado e sentido do trabalho docente. *Cadernos CEDES*, 19, 19-32.
- Brito, J. C. & D'Acri, V. (1991). Referencial de análise para o estudo da relação trabalho, mulher e saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 7(2), 201-214.
- Cheung, F. M. & Halpern, D. F. (2010). Women at the top. Powerful leaders define success as work more family in a culture of gender. *American Psychologist*, 65(3), 182 – 193.
- Cia, F. (2005). *O impacto do turno de trabalho do pai no desempenho acadêmico e no autoconceito de crianças escolares*. Dissertação de Mestrado, UFSCar, São Carlos, SP.
- Cia, F. & Barham, E. J. (2009). O envolvimento paterno e o desenvolvimento social de crianças iniciando as atividades escolares. *Psicologia em Estudo*, 14(1), 67-74.
- Cooper, C. L & Lewis, S. (2000). *E agora, trabalho ou família: pais e mães que trabalham fora aprendem como enfrentar as sobrecargas profissionais e familiares do dia-a-dia*. São Paulo: Editora Tamisa.
- Corradi, A. A. (1999). *Trabalho e família: impactos de um sobre o outro*. Monografia de Conclusão de Curso, Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, SP.
- D'Affonseca, S. M. (2005). *Importância do envolvimento materno para o autoconceito e desempenho acadêmico das crianças de baixo nível socioeconômico*. Tese de Mestrado, Programa de Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, SP.
- Dantas-Berger, S. M. & Giffin, K. (2005). A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(2), 417 - 425.

- Dessen, M. A. & Braz, M. P. (2000). Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3), 221-231.
- Diniz, G. R. S. (1999). Homens e mulheres frente à Interação casamento-trabalho: aspectos da realidade Brasileira. In T. F. Carneiro (Org.), *Casal e família: entre a tradição e a transformação* (pp. 31-54). Rio de Janeiro: Nau.
- Eisenberg, A., Murkhoff, H., & Hathaway, S. (1998). *What to expect the first year*. New York, NY: Workman.
- Franco, D. A. C. (2001). *Visitando a mulher no cenário pós-licença maternidade*. Dissertação de Mestrado, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, USP, Ribeirão Preto, SP.
- Gomes, N. P., Diniz, N. M. F., Araújo, A. J. S., & Coelho, T. M. F. (2007, outubro/dezembro). Compreendendo a violência doméstica a partir da categoria de gênero e geração. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(4), 504-508.
- Gravena, A.C. (2006). *Retorno ao trabalho após o nascimento de um filho: percepções de professoras sobre sua experiência*. Dissertação de Mestrado, UFSCar, São Carlos, SP.
- Heilborn, M. L. (2004). *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.
- Hirata, H. & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609.
- Lamb, M. E. (1997). *The role of the father in child development*. Nova Iorque, NI: Wiley.
- Lapo, F. R. & Bueno, B. O. (2002). O abandono do magistério: vínculos e rupturas com trabalho docente. *Psicologia USP*, 1(2), 243-276.
- Levy, G. C. T. M et al. (2009). Síndrome de Burnout em professores da rede pública. *Prod.*, 19(3), 458-465.
- Marin, A. J. (1998). Com o olhar nos professores: desafios para o enfrentamento das realidades escolares. *Cadernos CEDES*, 19(44), 8-18.
- Meneghel, S. N. et al. (2003). Impacto de grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade de gênero. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(4), 61- 86.
- Newcome, N. (1999). *Desenvolvimento infantil: uma abordagem de Mussen* (8ª ed.). Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Possati, C. & Dias, M. R. (2002). Multiplicidade de papéis da mulher e seus efeitos para o bem estar psicológico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(2), 293-301.
- Ramos, I. M. (2002). *A mulher no mercado de trabalho brasileiro*. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e da Administração.
- Silveira, L. C. & Barham, E. J. (2000). A escolha da mulher: participar ou não do mercado de trabalho [Resumo]. In *Anais da XXX Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia* (p. 262-263). Brasília, DF.
- Strauss, A. & Corbin, J. (1994). Grounded theory methodology: An overview. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Orgs.), *Handbook of Qualitative Research* (pp. 248-261). Thousand Oaks, CA: Sage.
- The Canadian Aging Research Network. (1993). *Work and family: the survey findings for the work and eldercare research group*. Ontário: Guelph.
- Thompson, L. & Walker, A. (1989). Gender in families: Women and men in marriage, work and parenthood. *Journal of Marriage and the Family*, 51, 845 - 871.
- Vailsman, J. (1994). *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Wagner, A., Predebon, J., & Mosmann, C. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2(2), 181-186.
- Recebido em: 16/06/2009
Revisão em: 30/07/2010
Aceite final em: 18/10/2011
- Ana Carolina Gravena Vanalli é Mestre em Educação Especial e doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos. Endereço: Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFSCar. Rodovia Washington Luis, km 235. Caixa Postal 13.565- 905. São Carlos/SP, Brasil. CEP 13565-905. Email: carolgravena@hotmail.com
- Elizabeth Joan Barham é Professora doutora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Psicologia e Gerontologia da Universidade Federal de São Carlos.
Email: lisa@ufscar.br
- Como citar:**
Gravena, A. C. & Barham, E. J. (2012). Após a licença maternidade: a percepção de professoras sobre a divisão das demandas familiares. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 130-138.